

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2015

31 DE DEZEMBRO DE 2015 COM O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

ÍNDICE

Balanços patrimoniais	107
Demonstrações do resultado	109
Demonstrações do resultado abrangente	110
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	111
Demonstrações dos fluxos de caixa	113
Demonstrações dos valores adicionados	114
Notas explicativas às demonstrações financeiras	115
Declaração da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal	149
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	151

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.850	5.711	5.578	13.367
Aplicações financeiras	5	3.114	15.726	16.734	35.023
Contas a receber	6	73.337	71.327	172.342	175.933
Estoques	7	108.428	69.395	184.383	148.093
Impostos a recuperar	8	7.638	6.035	15.083	10.373
Partes relacionadas	10	30.447	27.196	2.818	2.427
Outros ativos circulantes		7.501	4.971	15.382	9.682
		233.315	200.361	412.320	394.898
Ativo mantido para a venda		-	553	-	553
		-	553	-	553
Total do ativo circulante		233.315	200.914	412.320	395.451
Não circulante					
Depósitos judiciais		11.576	8.703	19.003	15.307
Impostos a recuperar	8	24.081	22.915	24.765	24.456
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	34.264	24.750	63.823	53.299
Partes relacionadas	10	9.711	29.297	-	726
Investimentos	9	251.659	256.080	24.782	34.338
Imobilizado	11	154.920	145.659	354.047	341.684
Intangível	12	6.950	6.437	31.647	30.622
Outros ativos não circulantes		339	339	2.807	1.981
Total do ativo não circulante		493.500	494.180	520.874	502.413
Total do ativo		726.815	695.094	933.194	897.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Passivos e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	13	23.922	22.858	41.420	42.151
Partes relacionadas	10	12.256	7.672	-	-
Empréstimos e financiamentos	14	6.327	3.066	90.307	88.946
Obrigações com pessoal	15	14.858	12.738	27.722	28.657
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.e	7.534	17.897	7.534	17.897
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	2.749	2.511	4.890	3.677
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	10.697	11.866	19.867	29.181
Outros passivos circulantes		5.940	3.060	14.080	10.743
Total do passivo circulante		84.283	81.668	205.820	221.252
Não circulante					
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	31.839	27.730	44.437	41.654
Empréstimos e financiamentos	14	16.294	5.129	76.954	38.978
Partes relacionadas	10	40.728	31.763	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	47.096	26.226	84.281	59.549
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	6.477	7.787	8.969	10.605
Provisão para desmobilização da mina	30	-	-	12.617	10.718
Outros passivos não circulantes		-	-	-	300
Total do passivo não circulante		142.434	98.635	227.258	161.804
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	334.251	334.251	334.251	334.251
Reserva de capital		19.460	19.460	19.460	19.460
Ações em tesouraria		(174)	(174)	(174)	(174)
Reservas de lucros		155.738	168.745	155.738	168.745
Outros resultados abrangentes		(9.177)	(7.491)	(9.177)	(7.491)
Patrimônio líquido atribuível a acionistas não minoritários		500.098	514.791	500.098	514.791
Participações acionistas minoritários		-	-	18	17
Total do patrimônio líquido		500.098	514.791	500.116	514.808
Total do passivo e patrimônio líquido		726.815	695.094	933.194	897.864

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	22	511.090	507.665	974.872	978.154
Custos dos produtos e mercadorias vendidas	23	(384.403)	(370.995)	(598.115)	(593.879)
Lucro bruto		126.687	136.670	376.757	384.275
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	23	(58.313)	(59.715)	(114.704)	(116.528)
Gerais e administrativas	23	(48.272)	(43.582)	(106.961)	(111.780)
Remuneração da administração		(7.121)	(8.501)	(11.444)	(10.685)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(25.115)	(3.285)	(23.844)	(3.810)
Resultado da equivalência patrimonial	9	45.116	63.774	(27.661)	(13.676)
Total das receitas (despesas) operacionais		(93.705)	(51.309)	(284.614)	(256.479)
Despesas financeiras	25	(19.804)	(19.692)	(108.735)	(52.674)
Receitas financeiras	25	7.762	20.732	85.209	54.962
Resultado financeiro líquido		(12.042)	1.040	(23.526)	2.288
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		20.940	86.401	68.617	130.084
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	20	-	(858)	(48.851)	(41.309)
Diferidos	20	8.480	(384)	9.655	(3.615)
Lucro líquido do exercício		29.420	85.159	29.421	85.160
Atribuível a:					
Acionistas não minoritários		29.420	85.159	29.420	85.159
Acionistas minoritários		-	-	1	1
Lucro líquido do exercício		29.420	85.159	29.421	85.160
Lucro líquido por ação, básico e diluído - R\$	18	0,16	0,48	0,16	0,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	29.420	85.159	29.421	85.160
Outros resultados abrangentes				
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	(3.040)	(3.283)	(2.555)	(6.132)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	1.034	1.116	869	2.084
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	320	(1.881)	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	(1.686)	(4.048)	(1.686)	(4.048)
Resultado abrangente do exercício	27.734	81.111	27.735	81.112
Atribuível a:				
Acionistas não minoritários	27.734	81.111	27.734	81.111
Acionistas minoritários	-	-	1	1
	27.734	81.111	27.735	81.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital		Ações tesourarias
			Subvenção para investimentos	Ágio na aquisição de ações	
Saldos em 01 de janeiro de 2014		334.251	19.649		23
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-
Constituição de reservas		-	-	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-
Reversão Reserva Subvenção Investimento		-	(212)	-	-
Destinação do lucro líquido:					
Juros sobre o capital próprio - R\$0,134 por ação em circulação	18	-	-	-	-
Dividendos - R\$0,267 por ação em circulação	18	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		334.251	19.437		23
Dividendos prescritos		-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-
Constituição de reservas	18	-	-	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:					
Juros sobre o capital próprio - R\$0,166 por ação em circulação	18	-	-	-	-
Dividendos - R\$0,072 por ação em circulação	18	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		334.251	19.437		23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ações em circulação	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Estatutária	Legal	Retenção de lucros					
(174)	26.990	30.630	98.187	-	(3.443)	506.113	16	506.129
-	-	-	-	85.159	-	85.159	1	85.160
-	4.258	4.258	5.066	(13.582)	-	-	-	-
-	-	-	-	-	(4.048)	(4.048)	-	(4.048)
-	3	3	(650)	-	-	(856)	-	(856)
-	-	-	-	(23.889)	-	(23.889)	-	(23.889)
-	-	-	-	(47.688)	-	(47.688)	-	(47.688)
(174)	31.251	34.891	102.603	-	(7.491)	514.791	17	514.808
-	-	-	160	-	-	160	-	160
-	-	-	-	29.420	-	29.420	1	29.421
-	1.471	1.471	1.784	(4.726)	-	-	-	-
-	-	-	-	-	(1.686)	(1.686)	-	(1.686)
-	-	-	(6.621)	(23.083)	-	(29.704)	-	(29.704)
-	-	-	(11.272)	(1.611)	-	(12.883)	-	(12.883)
(174)	32.722	36.362	86.654	-	(9.177)	500.098	18	500.116

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		20.940	86.401	68.617	130.084
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	9	(45.116)	(63.774)	27.661	13.676
Depreciação e amortização	11/12	13.470	11.995	39.401	37.704
Resultado na baixa de ativos permanentes	24	(100)	(405)	165	(1.078)
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	6	1.493	655	2.531	1.444
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	23.605	2.912	27.467	7.079
Provisão para perdas diversas		1.040	1.869	2.928	(5.606)
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		6.745	1.574	13.021	43
Rendimento de aplicações financeiras		(993)	(2.194)	(3.331)	(4.861)
Variação líquida despesas antecipadas		2.886	1.561	5.067	1.750
		23.970	40.594	183.527	180.235
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(3.503)	(1.776)	(669)	(15.956)
Partes relacionadas a receber	10 a.	(5.150)	7.697	(391)	7.353
Estoques	7	(38.766)	14.990	(36.023)	(7.035)
Impostos a recuperar		(1.836)	11.616	(4.085)	10.164
Depósitos judiciais		(4.765)	(1.685)	(5.588)	(1.572)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		98.341	76.981	-	-
Outros ativos		(5.389)	(1.958)	(12.209)	(2.457)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores	13	1.064	193	(731)	2.604
Partes relacionadas a pagar	10 a.	4.584	429	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(5.893)	(83)	(6.617)	4.728
Provisões e encargos sociais	15	2.120	(242)	(935)	648
Outros passivos		2.807	(2.137)	2.964	(2.649)
Juros pagos		(411)	(492)	(4.782)	(1.507)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(56.829)	(42.651)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		67.173	144.127	57.632	131.905
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Mútuo com empresas ligada a receber	10	19.585	(19.574)	726	1.293
Recebimento pela venda de imobilizado	24	784	577	876	1.488
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11/12	(23.161)	(25.608)	(37.944)	(104.216)
Adição de variação cambial capitalizada	11	(107)	-	(14.524)	-
Aporte de capital em controladas	9	(47.627)	(28.480)	(18.105)	(11.982)
Aplicações financeiras de curto prazo		(93.136)	(146.820)	(277.192)	(330.977)
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		106.740	143.185	298.812	336.475
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(36.922)	(76.720)	(47.351)	(107.919)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos		14.915	7.177	246.870	220.938
Amortização de empréstimos e financiamentos		(3.633)	(8.676)	(215.838)	(175.607)
Mútuo com empresa ligada		4.708	(468)	-	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(49.102)	(69.245)	(49.102)	(69.245)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(33.112)	(71.212)	(18.070)	(23.914)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(2.861)	(3.805)	(7.789)	72
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	5.711	9.516	13.367	13.295
No fim do exercício	4	2.850	5.711	5.578	13.367
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(2.861)	(3.805)	(7.789)	72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	22	679.553	680.030	1.221.417	1.235.017
Outras receitas		100	19	(86)	49.689
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber		(1.493)	(655)	(2.512)	(1.444)
Total		678.160	679.394	1.218.819	1.283.262
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(326.501)	(319.423)	(547.506)	(545.641)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(153.783)	(118.556)	(185.782)	(192.120)
Perda/recuperação de valores ativos		(6.818)	(7.474)	(7.808)	(7.959)
Outros descontos, abatimentos e doações		(3.100)	(4.426)	(5.518)	(8.637)
		(490.202)	(449.879)	(746.614)	(754.357)
Valor adicionado bruto		187.958	229.515	472.205	528.905
Depreciação, amortização e exaustão	11/12	(13.470)	(11.995)	(39.401)	(37.704)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		174.488	217.520	432.804	491.201
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	9	45.116	63.774	(27.661)	(13.676)
Receitas financeiras	25	7.762	20.732	85.209	54.962
Outras		3.983	13.964	7.507	13.961
		56.861	98.470	65.055	55.247
Valor adicionado total a distribuir		231.349	315.990	497.859	546.448
Pessoal:					
Remuneração direta		69.177	64.190	127.943	130.539
Benefícios		26.618	24.098	49.173	49.828
FGTS		6.181	5.906	11.578	10.978
		101.976	94.194	188.694	191.345
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		57.161	72.281	100.616	131.618
Estaduais		14.280	35.604	45.815	59.790
Municipais		1.832	1.662	3.835	2.406
		73.273	109.547	150.266	193.814
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		19.804	19.692	108.735	52.674
Aluguéis		6.876	7.398	20.744	23.456
		26.680	27.090	129.479	76.130
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos	18	1.611	47.688	1.611	47.688
Juros sobre o capital próprio	18	23.083	23.889	23.083	23.889
Lucros retidos	18	4.726	13.582	4.726	13.582
		29.420	85.159	29.420	85.159
		231.349	315.990	497.859	546.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA, no segmento Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 18).

A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Conta atualmente com 14 unidades industriais no Brasil, com filiais nas principais cidades brasileiras.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da sede	Atividade principal
SAMA S.A.	99,99%	99,99%	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do mineral crisotila.
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	99,99%	99,99%	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda.	99,99%	99,99%	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Engedis Distribuição Ltda.	99,94%	99,94%	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Wagner Ltda.	99,84%	99,84%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Wagner da Amazônia Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	99,99%	99,99%	Manaus/AM	Pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	60,00%	60,00%	Caucaia/CE	Industrialização, importação, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo, assim como os dados correlacionados à informação por segmento estão descritos na nota explicativa nº 26.

EVENTOS OPERACIONAIS RELEVANTES

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº. 9.055/95 – Decreto nº. 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibiam a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, respectivamente, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propuseram a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito das ADI nº 3.357 e nº 3.937, em face das Leis estaduais nº11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul e 12.684/2007 do Estado

de São Paulo, respectivamente. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto – votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurélio – votou pela inconstitucionalidade das leis, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

O governo do Estado de Mato Grosso regulamentou a Lei 9.583/11 através do decreto 68/15, publicado no dia 16 de abril de 2015, que veda o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2016 para divulgação em 28 de março de 2016.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério.

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE PARA PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), introduzidas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. BASES DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. - CSC, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como empreendimento controlado em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- » Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- » Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre

a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.3. PROVISÕES

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.4. MOEDA ESTRANGEIRA

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores à três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Outros passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Em 31 de dezembro 2015, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

2.6. NORMA, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas que estão em vigor mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Companhia e entraram em vigor em ou após 1 de janeiro de 2016.

Norma	Requerimento	Impacto nas Demonstrações Financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma, além das perdas incorridas será necessário registrar as perdas estimadas. Vigência a partir de 01/01/2018.	O Grupo não espera que o IFRS 9 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A norma substituirá o IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações; os principais objetivos são: (i) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) fornecer um modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro, tendo maior efetividade de alteração nos ramos de telecomunicações e Incorporação Imobiliária. Vigência alterada para a partir de 01/01/2018.	O Grupo não espera que o IFRS 15 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração CPC 27 (IAS 16) e CPC 29 (IAS 41)	A norma diferencia o ativo biológico, entendido como um animal vivo ou uma planta viva, em consumível e de produção. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo entende que a alteração na norma não traz impacto ao seu ramo de atividade.
Alteração IFRS 11 - Negócios em Conjunto	A norma estabelece que a entidade participante de uma <i>joint venture</i> (negócio em conjunto) deve aplicar os princípios relevantes relacionados ao <i>business combination</i> (combinação de negócios), inclusive preparando as divulgações requeridas pela norma aplicável à operação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que o IFRS 11 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Adoção do IFRS 16 – Leases (atualmente IAS 17 Leases and Issued) – CPC 06 Arrendamento mercantil	A norma estabelece não altera o entendimento sobre o arrendamento mercantil onde podemos efetivar o registro como leasing financeiro ou operacional, entretanto a nova norma prevê a facilidade de um registro único para o caso de arrendamento financeiro. Já previsto no IAS 17. Vigência a partir de 01/01/2019.	O Grupo não espera que o IFRS 16 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	O objetivo publicação é estabelecer que não é apropriado definir a base de depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo, por parte da entidade, dos futuros benefícios econômicos de um ativo. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IAS 16 e 38 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 6 (CPC 34 Exploração e avaliação de recursos minerais)	O objetivo deste pronunciamento é regulamentar a melhor forma de classificação e mensuração dos da atividade de exploração de recursos minerais, em virtude da continuidade nas discussões junto ao IASB e demais órgãos internacionais em relação à norma o CPC decidiu não emitir devido a revisão dos órgãos competentes internacionais. Aprovação e vigência não determinada.	O Grupo está em constante atualização para avaliação dos impactos a esta norma.
IAS 29 (CPC 42 Contabilidade e Evidenciação em Economia Hiperinflacionária	A norma estabelece critérios de correção às demonstrações financeiras em países de economia com situação de alta inflação. O CPC não aprovou o pronunciamento tendo em vista a experiência anterior com a correção integral das demonstrações financeiras. Aprovação e vigência não determinada.	O Grupo está em constante atualização para avaliação dos impactos a esta norma.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1. RECUPERABILIDADE DO ÁGIO POR EXPECTATIVA DE RENTABILIDADE FUTURA

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Não houve redução do valor recuperável do ágio.

3.2. VIDA ÚTIL DOS BENS DO IMOBILIZADO

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e bancos
Aplicações em certificados de depósito bancários compromissados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	2.850	5.711	5.463	11.690
Aplicações em certificados de depósito bancários compromissados	-	-	115	1.677
	2.850	5.711	5.578	13.367

Em 31 de dezembro de 2015 as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 94,1% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (102% em 31 de dezembro de 2014). Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Fundos de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de investimentos	3.114	15.726	16.734	35.023

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, operações compromissadas, remunerados pelas taxas médias de 100,9% da variação do CDI (102% em 31 de dezembro de 2014).

São aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade do Grupo.

3.3. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

3.4. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A provisão refere-se aos processos judiciais e atuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

3.5. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mercado interno	77.222	74.634	111.336	109.199
Mercado externo	-	-	69.316	73.753
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(319)	(330)
	77.222	74.634	180.333	182.622
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa	(3.885)	(3.307)	(7.991)	(6.689)
	73.337	71.327	172.342	175.933

COMPOSIÇÃO DO SALDO DE CLIENTES POR IDADE DE VENCIMENTO:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	68.163	69.637	153.946	166.787
Valores vencidos:				
Até 30 dias	2.690	1.098	14.439	6.933
Entre 30 e 60 dias	536	293	1.319	1.444
Acima de 60 dias	1.948	299	2.638	769
	73.337	71.327	172.342	175.933

MOVIMENTAÇÃO DA PERDA ESTIMADA EM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA SOBRE AS CONTAS A RECEBER:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	(3.307)	(3.281)	(6.689)	(6.011)
Adição	(1.720)	(734)	(2.786)	(1.531)
Reversão	227	79	255	87
Baixa	915	629	1.229	766
Saldo final	(3.885)	(3.307)	(7.991)	(6.689)

7. ESTOQUES

POLÍTICA CONTÁBIL

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	61.591	36.060	110.595	88.370
Produtos semi-acabados	-	-	3.486	2.444
Revenda	8.371	7.749	11.700	12.343
Matérias-primas	32.438	21.793	33.936	21.503
Materiais auxiliares	7.626	5.658	26.637	25.671
(-) Provisão para perdas dos Estoques (*)	(1.598)	(1.865)	(1.971)	(2.238)
	108.428	69.395	184.383	148.093

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	(1.865)	(417)	(2.238)	(1.352)
Provisão	(398)	(1.865)	(398)	(2.009)
Reversão	665	417	665	1.123
Saldo final	(1.598)	(1.865)	(1.971)	(2.238)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram consumidos o equivalente a R\$ 249.109 (R\$ 257.513 em dezembro de 2014) em matérias-primas na Controladora e R\$ 401.704 (R\$ 409.669 em dezembro de 2014) no Consolidado. Não existem estoques dados em garantia.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	2.208	1.760	4.365	3.803
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	201	204	475	401
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	1.027	602	1.570	1.051
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	276	140	333	194
Imposto de renda retido na fonte juros sobre capital próprio	1.646	996	1.646	996
Fundo - FOMENTAR - ICMS (*)	1.542	1.661	1.542	1.661
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS e outros	738	672	5.152	2.267
	7.638	6.035	15.083	10.373
Não circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	1.419	1.164	2.045	2.705
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	14.421	13.841	14.422	13.841
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	8.241	7.910	8.241	7.910
Instituto nacional seguro social - INSS	-	-	57	-
	24.081	22.915	24.765	24.456

(*) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás.

9. INVESTIMENTOS

A seguir, são apresentados o detalhe dos investimentos das controladas e da controlada em conjunto da Companhia:

Resumo da composição dos investimentos:

	Controladora							Total
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	CSC	Tégula	Wagner	
Investimentos	29.265	26.891	7.821	86.101	24.782	56.106	4.134	235.100
Mais valia dos ativos líquidos				16.559				16.559
Saldo em 31 de dezembro de 2015	29.265	26.891	7.821	102.660	24.782	56.106	4.134	251.659

	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	CSC	Tégula	Wagner	Total
Em 01 de janeiro 2014	(738)	20.221	8.058	108.311	36.032	71.787	4.058	247.729
Dividendos	-	(7.121)	(2.803)	(65.691)	-	-	-	(75.615)
Juros sobre o capital próprio	-	(955)	-	(4.509)	-	-	-	(5.464)
Resultado da equivalência patrimonial	(4.075)	11.842	3.080	70.935	(13.676)	(4.455)	123	63.774
Reversão Correção Monetária Complementar – IFRS	-	(2)	(505)	(221)	-	(198)	(17)	(943)
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	(1.881)	-	-	-	(1.881)
Aporte de capital	16.498	-	-	-	11.982	-	-	28.480
Em 31 de dezembro 2014	11.685	23.985	7.830	106.944	34.338	67.134	4.164	256.080
Dividendos	-	(8.035)	(822)	(81.682)	-	-	-	(90.539)
Juros sobre o capital próprio	-	(1.408)	-	(5.537)	-	-	-	(6.945)
Resultado da equivalência patrimonial	(11.942)	12.349	813	82.615	(27.661)	(11.028)	(30)	45.116
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	320	-	-	-	320
Aporte de capital	29.522	-	-	-	18.105	-	-	47.627
Em 31 de dezembro de 2015	29.265	26.891	7.821	102.660	24.782	56.106	4.134	251.659

O saldo de investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 24.782 (R\$ 34.338 em 31 de dezembro de 2014) refere-se ao investimento na controlada em conjunto CSC.

Demonstramos abaixo os saldos das empresas controladas e participação em controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2015:

	Controladas						Controladas em Conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner	
Ativo circulante	13.731	28.919	1.052	155.770	29.959	929	79.247
Ativo não circulante	91.408	15.727	6.996	115.989	50.608	4.785	121.953
Passivo circulante	15.949	13.879	227	121.443	11.710	19	63.051
Passivo não circulante	59.238	3.875	-	58.516	12.745	1.554	96.845
Patrimônio líquido	29.952	26.892	7.821	91.800	56.112	4.141	41.304
Participação proporcional	99,9900%	99,9946%	99,9977%	99,9977%	99,9900%	99,8400%	60%
Valor contábil do investimento	29.949	26.891	7.821	91.798	56.106	4.134	24.782
Receita operacional líquida	14.703	75.205	-	425.533	61.529	-	44.091
Custo dos produtos vendidos	(12.343)	(51.755)	-	(214.136)	(46.017)	-	(49.689)
Lucro não realizado nos estoques	684	-	-	1.056	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) de operações em continuidade	(11.943)	12.349	813	82.618	(11.029)	(30)	(46.101)
Atribuível a:							
Participação da Companhia	(11.942)	12.348	813	82.616	(11.028)	(30)	(27.661)

10. PARTES RELACIONADAS

A) SALDOS E TRANSAÇÕES DA CONTROLADORA COM PARTES RELACIONADAS

Saldos:	Controladora		Saldos:	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante			Passivo circulante		
Eternit da Amazônia (ii)	255	53	Fornecedores		
Precon (i)	1.096	980	Eternit da Amazônia (i)	4.545	-
SAMA (ii)	1.254	311	Precon (i)	707	-
Tégula (i) e (ii)	171	127	SAMA (i)	6.681	7.544
Companhia Sulamericana de Cerâmica (i) e (ii)	2.818	2.427		11.933	7.544
	5.594	3.898			
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber:			Outras contas a pagar		
SAMA	17.848	19.974	Precon (ii)	29	8
Prel	122	654	Prel (ii)	110	91
Precon	2.723	1.964	Wagner (ii)	13	-
Tégula	706	706	Tégula (i)	100	-
	21.399	23.298	Sama (ii)	71	29
				323	128
			Total do passivo circulante	12.256	7.672
Adiantamento a fornecedores:					
Eternit da Amazônia (i)	3.454	-	Saldos:		
	3.454	-	Passivo não circulante		
			Mútuo		
Total do ativo circulante	30.447	27.196	SAMA (iii)	35.382	31.763
			Prel (iii)	2.346	-
Ativo não circulante			Wagner (iii)	3.000	-
Mútuo			Total do passivo não circulante	40.728	31.763
Companhia Sulamericana de Cerâmica (iii)	-	726			
Tégula (iii)	9.711	8.421	Total do passivo	52.984	39.435
Eternit da Amazônia (iii)	-	20.150			
Total do ativo não circulante	9.711	29.297			
Total do ativo	40.158	56.493			

(i) Existem compras e vendas entre partes relacionadas, portanto os saldos referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila) e/ou produtos acabados, prestação de serviços e/ou contratos de locação, eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O empreendimento controlado em conjunto, que possui consolidação por equivalência patrimonial, não é eliminado no consolidado.

(ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento pré-determinado.

(iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem os encargos IOF, IRRF e variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

	Controladora							
	Vendas		Compras		Despesa		Outras receitas	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Precon	1.906	2.710	707	-	-	-	-	-
Tégula	209	464	-	-	-	-	-	-
SAMA	-	-	81.958	78.335	-	-	-	-
Eternit da Amazônia	-	-	14.703	-	-	-	-	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica	299	1.706	-	-	-	-	-	-
Descontos obtidos - Sama	-	-	-	30	-	-	-	-
Despesas administrativas - Prel	-	-	-	-	1.101	1.056	-	-
Juros sobre mútuo SAMA	-	-	-	-	4.269	3.124	-	-
Tégula	-	-	-	-	-	-	1.163	844
Companhia Sulamericana de Cerâmica	-	-	-	-	-	-	1.209	310
JCP - SAMA	-	-	-	-	-	-	5.538	4.509
JCP - Precon	-	-	-	-	-	-	1.408	955
Total	2.414	4.880	97.368	78.365	5.370	4.180	9.318	6.618

As transações de compras e vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existem garantias em aberto com partes relacionadas, e não existem provisões para redução de saldo de contas a receber de partes relacionadas.

B) REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários, honorários e benefícios	5.100	4.599	6.201	5.559
Encargos sociais	1.365	1.288	1.702	1.599
Participação nos lucros - PLRE	1.859	1.797	2.066	2.372
PLRE complementar	714	735	737	1.062
Benefícios pós-emprego	87	82	114	93
	9.125	8.501	10.820	10.685

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo oferece PLRE complementar aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse PLRE complementar será proporcional ao valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando do desligamento/aposentadoria do diretor. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02.

O plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra

como pagamento baseado em ações (CPC 10 R1 - Pagamento Baseado em Ações), uma vez que o executivo não recebe ações diretamente da Eternit, e sim, recebe o montante equivalente a até 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a posição acionária da Diretoria era de 1.852.748 ações - ETER3 (2.121.148 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Movimentação das ações da Diretoria	
Em dezembro 2014	2.121.148
Compra	361.800
Venda	(630.200)
Em dezembro 2015	1.852.748

11. IMOBILIZADO

POLÍTICA CONTÁBIL

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Fe
Custo				
Saldos em 01 de janeiro de 2014	701	32.804	101.651	
Adições	-	-	-	
Baixas	(553)	(16)	(664)	
Transferências	1.873	697	9.027	
Variação Cambial	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.021	33.485	110.014	
Adições	-	-	1.408	
Baixas	-	-	(19)	
Transferências	1.157	1.769	31.590	
Variação Cambial	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.178	35.254	142.993	
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	
Depreciação acumulada				
Saldos em 01 de janeiro de 2014	-	(19.353)	(45.646)	
Adições	-	(742)	(2.934)	
Baixas	-	16	273	
Transferências	-	-	29	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(20.079)	(48.278)	
Adições	-	(791)	(3.804)	
Baixas	-	-	19	
Transferências	-	-	(3)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(20.870)	(52.066)	
<u>Valor residual</u>				
Em 01 de janeiro de 2014	701	13.451	56.005	
Em 31 de dezembro de 2014	2.021	13.406	61.736	
Em 31 de dezembro de 2015	3.178	14.384	90.927	

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Ferramentas e moldes	Controladora					Imobilizações em andamento	Total
	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática			
12.955	79.088	2.787	5.743	4.004		38.164	277.897
-	-	-	-	-	-	19.511	19.511
(4)	(178)	(1.221)	(73)	(196)		(14.473)	(17.378)
131	4.836	93	374	543		(17.574)	-
-	-	-	-	-		3.352	3.352
13.082	83.746	1.659	6.044	4.351		28.980	283.382
-	-	-	-	-		19.929	21.337
-	(6)	(244)	(11)	(71)		-	(351)
454	2.758	-	378	455		(38.561)	-
-	-	-	-	-		107	107
13.536	86.498	1.415	6.411	4.735		10.455	304.475
15%	10%	20%	10%	20%		-	-
(9.738)	(46.113)	(2.056)	(2.736)	(2.830)		-	(128.472)
(928)	(5.509)	(120)	(477)	(393)		-	(11.103)
2	173	1.140	54	194		-	1.852
-	(30)	-	1	-		-	-
(10.664)	(51.479)	(1.036)	(3.158)	(3.029)		-	(137.723)
(748)	(5.708)	(71)	(495)	(435)		-	(12.052)
-	1	120	9	71		-	220
-	3	-	-	-		-	-
(11.412)	(57.183)	(987)	(3.644)	(3.393)		-	(149.555)
3.217	32.975	731	3.007	1.174		38.164	149.425
2.418	32.267	623	2.886	1.322		28.980	145.659
2.124	29.315	428	2.767	1.342		10.455	154.920

	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	Instalações
Custo						
Saldos em 01 de janeiro de 2014	4.084	81.540	195.773	27.570	26.723	216.394
Adições	-	25	627	-	7	92
Baixas	(553)	(906)	(1.461)	(7)	(6)	(178)
Transferências	1.873	1.360	12.865	2.495	131	13.860
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.404	82.019	207.804	30.058	26.855	230.168
Adições	-	-	1.418	-	13	-
Baixas	-	(276)	(3.627)	(2)	-	(18)
Transferências	1.157	6.368	121.732	657	454	10.460
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	6.561	88.111	327.327	30.713	27.322	240.610
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	28,4%	15%	10%
Depreciação acumulada						
Saldos em 01 de janeiro de 2014	-	(47.981)	(105.171)	(19.062)	(19.973)	(158.415)
Adições	-	(1.752)	(6.311)	(4.491)	(2.369)	(11.925)
Baixas	-	565	703	7	4	173
Transferências	-	-	28	-	-	(30)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(49.168)	(110.751)	(23.546)	(22.338)	(170.197)
Adições	-	(1.824)	(9.604)	(4.265)	(2.137)	(14.354)
Baixas	-	11	3.617	2	-	16
Transferências	-	-	1	-	-	3
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	-	(50.981)	(116.737)	(27.809)	(24.475)	(184.532)
<u>Valor residual</u>						
Em 01 de janeiro de 2014	4.084	33.559	90.602	8.508	6.750	57.979
Em 31 de dezembro de 2014	5.404	32.851	97.053	6.512	4.517	59.971
Em 31 de Dezembro de 2015	6.561	37.130	210.590	2.904	2.847	56.078

Em razão de processos judiciais, a controlada SAMA ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor residual.

Consolidado							
Veículos	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Desmobilização da Mina	Obras de contenção na mina	Imobilizações em andamento	Total
24.705	4.539	17.328	8.453	5.778	13.387	43.784	670.058
855	-	52	119	-	-	94.077	95.854
(2.435)	(2.763)	(194)	(309)	-	-	-	(8.812)
550	-	1.052	1.052	-	-	(35.238)	-
-	-	-	-	-	-	4.599	4.599
23.675	1.776	18.238	9.315	5.778	13.387	107.222	761.699
-	-	-	10	-	-	47.526	48.967
(474)	(58)	(655)	(357)	-	-	-	(5.467)
473	-	728	731	-	-	(142.760)	-
-	-	-	-	-	-	844	844
23.674	1.718	18.311	9.699	5.778	13.387	12.832	806.043
20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
(16.680)	(4.041)	(8.559)	(6.218)	(1.319)	(3.575)	-	(390.994)
(5.561)	(180)	(1.575)	(796)	(231)	(696)	-	(35.887)
2.334	2.617	161	302	-	-	-	6.866
-	-	(2)	4	-	-	-	-
(19.907)	(1.604)	(9.975)	(6.708)	(1.550)	(4.271)	-	(420.015)
(1.467)	(124)	(1.256)	(886)	(231)	(812)	-	(36.960)
296	58	622	357	-	-	-	4.979
-	-	(4)	-	-	-	-	-
(21.078)	(1.670)	(10.613)	(7.237)	(1.781)	(5.083)	-	(451.996)
8.025	498	8.769	2.235	4.459	9.812	43.784	279.064
3.768	172	8.263	2.607	4.228	9.116	107.222	341.684
2.596	48	7.698	2.462	3.997	8.304	12.832	354.047

ual de R\$ 567 (R\$ 1.172 em 31 de dezembro de 2014).

12. INTANGÍVEL

POLÍTICA CONTÁBIL

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, excluindo o ágio.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

	Controladora			
	Software	Software em andamento	Outros	Total
Custo				
Saldo em 01 de janeiro de 2014	7.230	2.844	11	10.085
Adições	133	2.612	-	2.745
Transferência	3.756	(3.756)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.119	1.700	11	12.830
Adições	-	1.931	-	1.931
Transferência	1.938	(1.938)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	13.057	1.693	11	14.761
Vida útil (em anos)	5	-	-	-
Amortização				
Saldo em 01 de janeiro de 2014	(5.501)	-	-	(5.501)
Adições	(892)	-	-	(892)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(6.393)	-	-	(6.393)
Adições	(1.418)	-	-	(1.418)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(7.811)	-	-	(7.811)
Valor residual				
Saldo em 01 de janeiro de 2014	1.729	2.844	11	4.584
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.726	1.700	11	6.437
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	5.246	1.693	11	6.950

	Consolidado					Total
	Software	Ágio	Marcas e patentes	Software em andamento	Outros	
Custo						
Saldo em 01 de janeiro de 2014	14.260	19.995	1.416	2.844	75	38.590
Adições	552	-	-	3.211	-	3.763
Transferências	4.355	-	-	(4.355)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	19.167	19.995	1.416	1.700	75	42.353
Adições	424	-	-	3.077	-	3.501
Baixas	(37)	-	-	-	-	(37)
Transferências	3.084	-	-	(3.084)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	22.638	19.995	1.416	1.693	75	45.817
Vida útil (em anos)	5	-	-	-	-	-
Amortização						
Saldo em 01 de janeiro de 2014	(9.913)	-	-	-	(1)	(9.914)
Adições	(1.817)	-	-	-	-	(1.817)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(11.730)	-	-	-	(1)	(11.731)
Adições	(2.441)	-	-	-	-	(2.441)
Baixas	2	-	-	-	-	2
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(14.169)	-	-	-	(1)	(14.170)
Valor residual						
Saldo em 01 de janeiro de 2014	4.347	19.995	1.416	2.844	74	28.676
Saldo em 31 de dezembro 2014	7.437	19.995	1.416	1.700	74	30.622
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	8.469	19.995	1.416	1.693	74	31.647

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mercado Interno	21.244	20.528	36.318	39.408
Mercado Externo	2.678	2.330	5.102	2.743
	23.922	22.858	41.420	42.151

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

POLÍTICA CONTÁBIL

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("pró rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

No exercício de 2015 o Grupo efetuou capitalização de custos com empréstimos que foram diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos qualificáveis, totalizando o montante de R\$ 13.959 (R\$ 7.055 em 2014). A taxa média de juros efetivos para determinar o montante dos custos dos empréstimos passíveis de capitalização foi de 2,26%.

	Taxa de juros e comissões - %	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Circulante:					
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,14% a 10% a.a. + TJLP	1.610	1.225	5.105	6.595
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 0,66% a 5,12% a.a	3.151	1.841	14.979	13.255
Moeda estrangeira para aquisição de matéria-prima	De 1,57% a 2,25% a.a	1.566	-	1.566	-
Moeda nacional (leasing financeiro) para aquisição de veículo	1,23% a.a	-	-	251	363
Moeda nacional para capital de giro	De 113,5% a 123,9% CDI	-	-	68.406	10.391
Moeda estrangeira para capital de giro (ACE - Adiantamento de Contrato de Exportação)	Média de 3,06% a.a	-	-	-	58.342
		6.327	3.066	90.307	88.946
Não circulante:					
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,14% a 10% a.a. + TJLP	2.763	3.409	4.207	8.254
Moeda nacional para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços	De 7,06% a 8,24% a.a.	-	-	28.245	-
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 0,66% a 5,12% a.a	5.274	1.720	36.245	30.491
Moeda estrangeira para aquisição de matéria-prima	De 1,57% a 2,25% a.a	8.257	-	8.257	-
Moeda nacional (leasing financeiro) para aquisição de veículo	1,23% a.a	-	-	-	233
		16.294	5.129	76.954	38.978
Total		22.621	8.195	167.261	127.924

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de pagamento do não circulante:				
2016	-	2.084	-	13.470
2017	10.984	2.067	24.408	11.429
2018	5.231	924	19.967	9.641
2019	79	54	9.565	4.438
2020 até 2027		-	23.014	-
	16.294	5.129	76.954	38.978

O Grupo possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas não financeiras pelos quais estão em conformidade em 31 de dezembro de 2015. Eventuais garantias estão divulgadas na nota 29.

15. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Férias	9.297	7.843	15.726	15.077
Participação nos lucros e resultados (a)	2.821	2.381	7.120	8.671
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	622	555	1.056	1.011
Instituto nacional do seguro social – INSS	2.115	1.951	3.352	3.476
Outros	3	8	468	422
	14.858	12.738	27.722	28.657

(a) O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com as empresas do Grupo. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

Participação nos lucros e resultados

	31/12/2015	31/12/2014
Controladora	4.168	4.269
Consolidado	7.465	11.117

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/2015	31/12/14
Circulante:				
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	-	-	1.188	8.923
Contribuição social sobre lucro líquido – CSLL	-	-	698	1.751
Demais tributos				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS	5.176	6.162	7.989	9.026
Imposto sobre produtos Industrializados – IPI	2.227	2.345	2.538	2.686
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.175	1.408	2.444	2.274
Programa de integração social – PIS	241	280	508	467
Impostos de renda retido na fonte-IRRF	1.708	1.394	2.504	2.128
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	-	-	28	-
Contribuição Financeira de compensação de recursos minerais	-	-	1.423	1.413
Outros	170	277	547	513
Total	10.697	11.866	19.867	29.181
Não circulante:				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS(*)	6.477	7.787	8.969	10.605

(*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais PRODUIR e DESENVOLVE na controladora e FOMENTAR na controlada Precon como também FUNDOPEM, PRODUIR na controlada Tégula e INCENTIVO 7% e 90% respectivamente na Eternit da Amazônia.

17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

POLÍTICA CONTÁBIL

Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

1. BENEFÍCIOS FUTUROS DE SAÚDE

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício de 2015.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2015	31/12/2014
Taxa anual de juro atuarial real	7,27%	6,09%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%
Taxa anual de inflação projetada	6,49%	6,49%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

b) Passivo de plano de benefício pós emprego

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	2.749	2.511	4.890	3.677
Não circulante	31.839	27.730	44.437	41.654
Total	34.588	30.241	49.327	45.331

c) Despesa líquida com benefício em 2015 (reconhecida no resultado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo dos juros e serviços corrente	3.930	3.232	5.892	4.793
Benefícios pagos	(2.624)	(2.452)	(4.453)	(4.377)
Resultado líquido com benefício	1.306	780	1.439	416

d) As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são:

	Controladora	Consolidado
Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2014	21.967	30.869
Custo dos juros e serviços corrente	3.232	4.793
Benefícios pagos	(2.452)	(4.377)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2014	22.747	31.285
Custo dos juros e serviços corrente	3.930	5.892
Benefícios pagos	(2.624)	(4.453)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2015	24.053	32.724

e) Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2015:

	Controladora	Consolidado
Em 01 de janeiro de 2015	30.241	45.331
Custo dos juros e serviços corrente	3.930	5.892
Benefícios pagos	(2.624)	(4.453)
Ajustes de experiência	3.041	2.557
Subtotal incluído em outros resultados abrangentes	34.588	49.327
Em 31 de dezembro de 2015		

f) Análise de sensibilidade:

	Controladora					
	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento (1%)	Redução (1%)	Real	Aumento (1%)	Redução (1%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	34.588	31.665	37.782	34.588	37.677	31.755
Variação		(8,45%)	9,23%		8,93%	(8,19%)

	Consolidado					
	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento (1%)	Redução (1%)	Real	Aumento (1%)	Redução (1%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	49.327	45.159	53.880	49.327	53.732	45.287
Variação		(8,45%)	9,23%		8,93%	(8,19%)

A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações.

g) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Dentro dos próximos 12 meses	2.749	2.511	4.890	3.677
Entre 2 e 5 anos	10.694	9.472	14.807	14.458
Entre 5 e 10 anos	10.603	9.213	14.650	13.499
Após 10 anos	10.542	9.045	14.980	13.697
	34.588	30.241	49.327	45.331

II) PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não existe necessidade de complemento à provisão registrada em 31 de dezembro de 2015.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Grupo e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contribuições efetuadas o exercício findo:	1.377	1.444	3.846	4.081

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

POLÍTICA CONTÁBIL

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

A) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado no montante era de R\$ 334.251 e estava representado por 179.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, e era distribuído como segue:

Composição acionária	31/12/2015		31/12/2014	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	10.753	126.183.006	9.012	116.445.329
Pessoas jurídicas	92	3.213.774	93	3.102.086
Pessoas residentes no exterior	91	14.323.451	137	18.680.383
Clubes, fundos e fundações	88	35.221.037	114	40.713.470
	11.024	178.941.268	9.356	178.941.268
Ações em tesouraria	1	58.732	1	58.732
	11.025	179.000.000	9.357	179.000.000

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

B) AÇÕES EM TESOURARIA

Em 31 de dezembro de 2015, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 123 (R\$ 95 em 31 de dezembro de 2014).

C) RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Efeito da diluição		
Lucro líquido do exercício atribuível aos não minoritários	29.420	85.159
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	178.941	178.941
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,16	0,48

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

D) DIVIDENDOS

Os dividendos propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram os seguintes:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
RCA (*) de 13 de maio de 2015	03/06/2015	11.273	0,063
RCA (*) de 05 de agosto de 2015	18/08/2015	1.610	0,009
		12.883	

(*) RCA - Reunião do Conselho de Administração.

E) JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Os juros sobre o capital próprio propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
RCA (*) de 13 de maio de 2015	03/06/2015	6.621	0,037
RCA (*) de 05 de agosto de 2015	18/08/2015	7.337	0,041
RCA (*) de 04 de novembro de 2015	17/11/2015	7.873	0,044
RCA (*) de 16 de dezembro de 2015	13/04/2016	7.873	0,044
		29.704	

(*) RCA - Reunião do Conselho de Administração.

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2015, representam:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Juros sobre capital próprio	7.118	5.204
Dividendos	-	11.989
Proventos de exercícios anteriores	416	704
	7.534	17.897

f) Destinação do resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	29.420	85.159
Constituição de Reservas		
Legal	(1.471)	(4.258)
Estatutária (i)	(1.471)	(4.258)
Retenção de lucros	(1.784)	(5.066)
Lucro disponível	24.694	71.577
Dividendos propostos e pagos	1.611	47.688
Juros sobre capital próprio propostos e pagos	23.083	23.889
Total	24.694	71.577
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	6.620	19.161

f) Destinação do resultado do exercício - Continuação

	Controladora
Retenção de Lucro em 2014	102.603
Dividendos Prescritos	160
Lucros retidos do exercício	1.784
Dividendos propostos e pagos	(11.272)
Juros sobre o capital próprio propostos e pagos	(6.621)
Retenção de Lucro em 2015	86.654

(i) Conforme disposto no Estatuto Social, a formação da reserva estatutária de manutenção de capital de giro não ultrapassará 10% (dez por cento) do capital social da companhia.

g) Orçamento de capital - aplicação de recursos

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, conseqüentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção do lucro líquido remanescente do exercício de 2015, no montante de R\$ 1.784.

Manutenção e atualização do parque industrial	20.944
	20.944

19. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

POLÍTICA CONTÁBIL

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Tégula - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás – Produzir

A empresa Tégula Soluções para Telhados possui benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO. A empresa utilizou R\$ 6.894 do montante contratado, restando um saldo de R\$ 16 a utilizar até o término do contrato deste benefício, 31/12/2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o valor do benefício totalizou R\$ 881 (R\$ 971 em 31 de dezembro de 2014). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Precon - Subvenção para investimento - Agência de Fomento Goiás S.A empresa do Estado de Goiás - FOMENTAR

A Precon Goiás Industrial Ltda. possui o benefício fiscal de redução de 70% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO. A empresa utilizou R\$ 24.879 do montante contratado, restando um saldo de R\$ 16.790 a utilizar até o término do contrato deste benefício, 31/12/2020.

No exercício de 2015 o valor do benefício totalizou R\$ 2.914 (R\$ 3.457 em 31 de dezembro de 2014). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Companhia se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Eternit - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás – Produzir

A empresa Eternit S/A possui benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Goiânia/GO. A empresa utilizou R\$ 27.686 do montante contratado, restando um saldo de R\$ 33.295 a utilizar até o término do contrato deste benefício, 31/12/2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o valor do benefício totalizou R\$ 4.008 (R\$ 4.550 em 31 de dezembro de 2014). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Eternit - Subvenção para investimento - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

A Companhia possui o benefício de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não Restituíveis com base no Lucro da Exploração em favor da Eternit S.A. O prazo do benefício expira no ano calendário 2020.

O histórico das leis e concessão do benefício fiscal relacionados a cada um dos programas mencionados foram divulgados pela administração nestas demonstrações financeiras.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

POLÍTICA CONTÁBIL

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere

do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

A) RECONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL COM SEUS VALORES NOMINAIS

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.940	86.401	68.617	130.084
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	(7.120)	(29.376)	(23.330)	(44.229)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	15.339	21.683	(9.405)	(4.650)
Juros sobre o capital próprio	7.738	6.264	10.099	8.122
Doações e brindes	(176)	(485)	(969)	(2.048)
Tributos e multas indedutíveis	(80)	(48)	(128)	(98)
Incentivo Fiscal	-	32	798	692
Contingências Trabalhistas	(7.177)	-	(7.177)	-
Outras (adições) exclusões temporárias líquidas	(44)	688	(9.084)	(2.713)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	8.480	(1.242)	(39.196)	(44.924)
Taxa Efetiva	40,5%	-1,4%	-57,1%	-34,5%

B) COMPOSIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos pode apresentar alterações, pois, grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais o Grupo não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2014	24.018	52.481
Constituição diferenças temporárias	8.390	86.196
Reversão diferenças temporárias	(7.283)	(85.003)
Reversão sobre prejuízo fiscal	(375)	(375)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	24.750	53.299
Constituição diferenças temporárias	8.121	75.949
Reversão diferenças temporárias	(6.524)	(70.078)
Constituição sobre prejuízo fiscal	7.917	7.917
Reversão sobre prejuízo fiscal		(3.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	34.264	63.823

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	13.026	5.108	19.432	14.779
Benefícios futuros a ex-empregados	11.760	10.282	18.224	15.413
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.702	8.059	17.841	16.773
Lucros não realizados nos estoques	-	-	3.289	2.392
Provisão para perdas no recebimento de créditos	1.321	-	2.699	703
Provisão para participação nos lucros e resultados	959	810	2.398	1.972
Provisão para perda do imobilizado	1.271	1.750	1.271	1.750
Mercadorias não embarcadas	-	-	1.470	-
Outras provisões	(1.775)	(1.259)	(2.801)	(483)
	34.264	24.750	63.823	53.299

Expectativa de realização dos créditos tributários

i. Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015
2016	344	344
2017	755	755
2018	1.286	1.286
2019	1.534	1.534
2020 a 2025	9.107	15.513
	13.026	19.432

Expectativa de realização dos créditos tributários--Continuação

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro de 2015, tinha saldo de prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 49.090 e saldo de base negativa de contribuição social de R\$ 49.240. No exercício de 2015 foram revertidos R\$ 3.264 de impostos diferidos constituídos sobre prejuízos fiscais, em virtude de não haver, até 31 de dezembro de 2015, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

ii. Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos de renda e contribuições sociais diferidas decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015
2016	5.621	10.830
2017	1.735	8.158
2018	1.735	2.668
2019	1.735	4.077
2020 a 2025	10.412	18.658
	21.238	44.391

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa do provável desembolso futuro da Companhia, com base nas informações disponíveis até a data de autorização destas demonstrações financeiras para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, cujos impactos possam ser confiavelmente mensurados, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Processos trabalhistas (i)	39.177	20.258	48.581	29.225
Processos cíveis	-	-	4.918	4.930
Processos tributários (ii)	7.919	5.968	30.782	25.394
	47.096	26.226	84.281	59.549

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora		
	Provisões Trabalhistas	Provisões Tributárias	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2014	19.780	5.335	25.115
Adições	3.973	1.266	5.239
Baixas	(1.801)	-	(1.801)
Reversões	(1.694)	(633)	(2.327)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	20.258	5.968	26.226
Adições	23.466	1.956	25.422
Pagamentos	(843)	-	(843)
Baixas	(1.892)	-	(1.892)
Reversões	(1.812)	(5)	(1.817)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	39.177	7.919	47.096

	Consolidado			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2014	29.219	4.397	21.043	54.659
Adições	5.557	533	8.353	14.443
Baixas	(1.801)	-	(388)	(2.189)
Reversões	(3.750)	-	(3.614)	(7.364)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.225	4.930	25.394	59.549
Adições	23.904	-	5.394	29.298
Pagamentos	(843)	-	-	(843)
Baixas	(1.892)	-	-	(1.892)
Reversões	(1.813)	(12)	(6)	(1.831)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	48.581	4.918	30.782	84.281

i) Na área trabalhista as principais provisões englobam

- Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras.
- Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra a Companhia. Nesta ação se discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da unidade industrial cujas atividades foram encerradas no início dos anos 1990. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA também Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Ambas ações, em 01 de março de 2016, foram julgadas em primeira instância parcialmente procedentes. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A provisão foi constituída considerando as incertezas que rodeiam o valor reconhecido por vários meios de acordo com as circunstâncias. Estando em linha com o IAS 37.39 (CPC 25.39), que prevê que na mensuração de provisão que envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.

ii) Na área tributária as principais provisões englobam

Variação de valores recolhidos a título de ICMS;
Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS; e
Diferença de valores reconhecidos relacionados à CEFEM.

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível

Em 31 de dezembro de 2015, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível e que podem ser mensurados confiavelmente, o montante consolidado de R\$ 19.526 (R\$ 10.863 em 31 de dezembro de 2014), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e os valores não são mensuráveis até a presente data:

- Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas.
- Ações civis públicas consumeristas nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.
- Ação de Improbidade Administrativa relacionada à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.
- Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.
- Partes da decisão julgada em primeira instância do processo mencionado no item i "b", desta nota foi considerada como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia.
- Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra a Companhia perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$ 1 bilhão. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho. Ambas as ações ainda não foram julgadas.

Os depósitos judiciais para Garantias de Execução e Depósitos Recursais vinculados às provisões para riscos, estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

POLÍTICA CONTÁBIL

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

- » O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; e
- » O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- » O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- » Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de vendas	679.553	680.030	1.221.417	1.235.017
Descontos e abatimentos incondicionais	(2.879)	(2.992)	(3.383)	(3.178)
Impostos incidentes sobre as vendas	(165.584)	(169.373)	(243.162)	(253.685)
Receita operacional líquida	511.090	507.665	974.872	978.154

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(384.403)	(370.995)	(598.115)	(593.879)
Despesas com vendas	(58.313)	(59.715)	(114.704)	(116.528)
Despesas gerais, administrativas	(48.272)	(43.582)	(106.961)	(111.780)
Remuneração da Administração	(7.121)	(8.501)	(11.444)	(10.685)
	(498.109)	(482.793)	(831.224)	(832.872)
Matéria-prima consumida	(249.109)	(257.513)	(401.704)	(409.669)
(-) Ajuste a valor presente	-	1.341	-	1.952
Despesas com pessoal e encargos	(119.209)	(105.668)	(165.278)	(164.861)
Materiais, energia elétrica e serviços	(44.661)	(32.814)	(55.413)	(45.683)
Serviços de terceiros	(25.127)	(20.528)	(58.670)	(52.644)
Depreciação e amortização	(13.469)	(11.995)	(39.399)	(37.704)
Comissões sobre vendas	(12.148)	(12.000)	(19.905)	(21.085)
Despesas de vendas variáveis	(7.002)	(10.294)	(33.445)	(38.671)
Aluguel de Bens Móveis	(6.657)	(7.134)	(11.022)	(11.810)
Despesas com Viagens	(5.508)	(5.159)	(8.491)	(8.727)
Despesas c/ Matl e Serv. Informática	(4.097)	(3.923)	(6.561)	(6.669)
Propaganda e publicidade	(4.707)	(9.359)	(9.323)	(12.266)
Contribuição para entidades de classe	(2.920)	(3.558)	(12.704)	(14.800)
Impostos e taxas	(647)	(1.918)	(3.551)	(3.977)
Desp. Prov p/ Crédito Liquidação Duvidosa	(1.493)	(655)	(2.531)	(1.444)
Outras	(1.355)	(1.616)	(3.227)	(4.814)
	(498.109)	(482.793)	(831.224)	(832.872)

24. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<u>Outras receitas operacionais:</u>				
Vendas bens de imobilizado	784	577	876	1.488
Amostra para teste de produtos	1.186	-	-	-
Juros sobre o capital próprio prescritos	70	328	70	338
Reversão de provisão para riscos trabalhistas	1.753	-	1.753	-
Aluguéis	-	-	1.490	3.017
Crédito extemporâneo	-	3.759	3.552	3.759
Fundo FI - Previdência Privada (i)	-	1.446	1.956	1.446
Outras	975	354	4.410	1.581
	4.768	6.464	14.107	11.629
<u>Outras despesas operacionais:</u>				
Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	(21.197)	(914)	(21.634)	(2.080)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(3.818)	(3.249)	(5.117)	(4.672)
Desmobilização da mina	-	-	(1.093)	(992)
Impostos sobre outras vendas	(49)	(256)	(826)	(938)
Garantia de qualidade	(1.025)	(515)	(1.389)	(768)
Substituição de produto avariado	(436)	(685)	(978)	(685)
Gastos de paradas excepcionais	(687)	(42)	(1.307)	(50)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(1.169)	(1.203)	(1.691)	(1.679)
Custo da baixa do imobilizado	(684)	(172)	(1.041)	(410)
Outras	(818)	(2.713)	(2.875)	(3.165)
	(29.883)	(9.749)	(37.951)	(15.439)
Total	(25.115)	(3.285)	(23.844)	(3.810)

(i) Crédito compensado de previdência privada parte empresa em fundo inominado constituído no desligamento de colaboradores conforme políticas da Companhia.

25 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

POLÍTICA

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras:				
Rendimentos aplicação financeiras - incluindo certificados de depósitos bancários	993	2.194	3.735	5.027
Descontos obtidos	93	110	267	188
Juros ativos	3.620	6.748	6.189	10.526
Variações monetárias ativas	966	2.886	1.008	2.961
Variações cambiais ativas	2.090	8.794	74.005	36.166
Outras receitas financeiras	-	-	5	94
	7.762	20.732	85.209	54.962
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(743)	(320)	(3.035)	(854)
Juros sobre mútuo	(4.269)	(3.123)	-	-
Juros passivos	(234)	(1.810)	(5.472)	(4.267)
Despesas bancárias	(1.341)	(1.096)	(1.686)	(1.351)
Descontos concedidos	(2.346)	(879)	(4.226)	(2.045)
IOF	(550)	(437)	(1.057)	(1.045)
PIS e COFINS - Receitas Financeiras	(1.441)	(378)	(1.593)	(383)
Variações cambiais passivas	(6.233)	(9.119)	(85.133)	(36.744)
Variações monetárias	(2.285)	(2.197)	(5.869)	(5.266)
Outras	(362)	(333)	(664)	(719)
	(19.804)	(19.692)	(108.735)	(52.674)
Resultado financeiro líquido	(12.042)	1.040	(23.526)	2.288

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Administração definiu como segmentos operacionais Fibrocimento, Mineral Crisolita e Telhas de Concreto, assim como área geográfica de atuação. As informações apresentadas nas colunas outros referem-se a gastos não diretamente atribuíveis aos segmentos de Fibrocimento, Mineral Crisolita e Telhas de Concreto, entre outros.

Os segmentos operacionais definidos pela alta Administração estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	Área geográfica	
Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste	
Mineral crisotila	Mercados local e externo	
Telhas de concreto	Mercado local	
Outros	Mercado local	

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são:

		31/12/2015		
		Ativo total	Passivo	Receita líquida
Fibrocimento				
	Sudeste	226.850	48.611	95.639
	Sul	52.191	64.034	148.870
	Centro-Oeste	83.936	79.226	216.798
	Norte e Nordeste	26.908	42.140	96.110
		389.885	234.011	557.417
Mineral crisotila				
	Mercado local	271.088	87.166	134.095
	Mercado externo	-	-	195.079
		271.088	87.166	329.174
Telhas de concreto	Mercado local	71.814	24.133	54.869
Outros (*)	Mercado local	200.407	87.768	33.412
Total		933.194	433.078	974.872

(*) Contemplado (R\$ 27.660) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A, atuante no segmento de cerâmica.

		31/12/2014		
		Ativo total	Passivo	Receita líquida
Fibrocimento e cimento de fio sintético				
	Sudeste	236.354	41.232	95.102
	Sul	42.586	50.117	144.017
	Centro-Oeste	70.437	59.972	219.122
	Norte e Nordeste	24.519	33.852	95.878
		373.896	185.173	554.119
Mineral crisotila				
	Mercado local	280.938	92.180	141.996
	Mercado externo	-	-	174.750
		280.938	92.180	316.746
Telhas de concreto	Mercado local	92.153	25.008	67.184
Outros (*)	Mercado local	150.877	80.695	40.105
Total		897.864	383.056	978.154

(*) Contemplado (R\$ 13.669) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A, atuante no segmento de cerâmica.

ão as seguintes:

31/12/2015					
Lucro bruto	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	IRPJ/ CSLL	
23.709	(3.868)	3.420	(1.851)	707	
36.947	(5.979)	4.927	(2.892)	1.104	
59.005	(3.510)	3.751	(4.212)	1.608	
23.819	(3.894)	2.260	(1.867)	714	
143.480	(17.251)	14.358	(10.822)	4.133	
77.164	41.471	7.068	398	(15.973)	
131.596	79.671	10.282	578	(23.237)	
208.760	121.142	17.350	976	(39.210)	
13.827	(6.209)	4.990	(2.192)	(4.064)	
10.690	(29.065)	2.701	(11.488)	(55)	
376.757	68.617	39.399	(23.526)	(39.196)	

mento de louças. Vide nota 9. Investimentos.

31/12/2014					
Lucro bruto	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	IRPJ/ CSLL	
25.428	5.890	2.768	258	(812)	
38.869	9.283	4.832	392	(1.229)	
62.391	17.227	3.124	596	(1.870)	
25.793	6.097	1.891	261	(818)	
152.481	38.497	12.615	1.507	(4.729)	
123.866	82.555	19.245	888	(16.859)	
76.828	25.987	-	1.093	(20.748)	
200.694	108.542	19.245	1.981	(37.607)	
23.250	(2.817)	4.996	(2.016)	(1.638)	
7.850	(14.138)	848	816	(950)	
384.275	130.084	37.704	2.288	(44.924)	

mento de louças. Vide nota 9. Investimentos

27. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros contratados pelo Grupo, sob a orientação de seus consultores de seguros, em 31 de dezembro de 2015, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir. Esses seguros possuem vencimento médio em julho de 2016.

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	R\$ 290.400

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. IDENTIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, o Grupo mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado do Grupo, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações contábeis:

Mensurados ao valor justo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Nível 1	31/12/2014 Nível 1	31/12/2015 Nível 1	31/12/2014 Nível 1
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.850	5.711	5.578	13.367
Aplicações financeiras	3.114	15.726	16.734	35.023
Contas a receber mercado externo	-	-	69.316	73.753
	5.964	21.437	91.628	122.143

Mensurados ao custo amortizado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Passivos Financeiros				
Fornecedores	23.922	22.858	41.420	42.151
Empréstimos e financiamentos	22.621	8.195	167.261	127.924
	46.543	31.053	208.681	170.075

b) Hierarquia do valor justo

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

28.2. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. A Companhia possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos a vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

I. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso do Grupo: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido à escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos e d) Riscos associados ao crescimento.

a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às suas atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo).

Em 31 de dezembro de 2015 o Grupo possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em 31/12/2015 (US\$ / € 1,00 = R\$1,00)
	31/12/2015	31/12/2014	
Clientes no mercado externo	69.316	73.753	3,9048
Fornecedores no mercado externo	(5.102)	(2.743)	3,9048
ACE	-	(58.342)	3,9048
Financiamentos (USD)	(58.847)	(42.808)	3,9048
Financiamentos (EUR)	(2.200)	(938)	4,2504
Total da exposição cambial	3.167	(31.078)	

a1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2015, conforme abaixo.

Saldos (Moeda estrangeira) - Consolidado	Risco	Taxa (*)	Posição em 31/12/2015	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD			3,9048	1,9524	2,9286	4,8810	5,8572
Clientes mercado externo	USD		69.316	34.658	51.987	86.645	103.794
Fornecedores mercado externo	USD		(5.102)	(2.551)	(3.827)	(6.378)	(7.653)
ACE	USD		-	-	-	-	-
Financiamentos	USD		(58.847)	(29.424)	(44.135)	(73.559)	(88.271)
EUR			4,2504	2,1252	3,1878	5,3130	6,3756
Financiamentos	EUR		(2.200)	(1.100)	(1.650)	(2.750)	(3.300)
Total das exposições			3.167	1.583	2.375	3.958	4.570

(*) As taxas do dólar e do euro foram retiradas do site do BACEN.

b) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	-	-	115	1.677
Aplicações financeiras de curto prazo	3.114	15.726	16.734	35.023
Total da exposição à taxa de juros	3.114	15.726	16.849	36.700

A Administração do Grupo avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos meses. Dessa forma, a Companhia avalia a possibilidade de contratos com derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros:

Aplicações financeiras - consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2015	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			14,14%	7,07	10,61%	17,68%	21,21%
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	115	131	123	127	135	139
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	16.734	19.100	17.917	18.508	19.691	20.383

Empréstimos e Financiamentos - consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2015	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			14,14%	7,07%	10,61%	17,68%	21,21%
Empréstimos e Financiamentos Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	68.406	78.079	63.570	61.148	80.500	82.915
TJLP			7,50%	3,75%	5,63%	9,38%	11,25%
Empréstimos e Financiamentos	TJLP	1.954	2.100	1.880	1.844	2.137	2.173
SELIC			14,25%	7,13%	10,69%	17,81%	21,38%
Empréstimos e Financiamentos	SELIC	583	666	541	521	687	707

c) Risco de prejuízo na produção devido à escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos

Esta vertente de crescimento é pautada na diversificação do portfólio, por meio do desenvolvimento, lançamento de novos produtos e na entrada em novos segmentos de negócios, usando a estrutura do próprio Grupo ou a capacidade de terceiros. Dentro deste conceito encontram-se as soluções construtivas (placas cimentícias e o Painel Wall), telhas metálicas, louças, assentos e metais sanitários. Com exceção das soluções construtivas e louças, nos outros segmentos são utilizadas capacidades de terceiros.

A Companhia não tem controle sob algumas matérias-primas, como o cimento, calcário, areia, celulose reciclada, dessa forma um aumento significativo nos preços decorrentes de escassez, impostos, restrições, flutuações de taxas de câmbio ou redução nos prazos para pagamento podem impactar consideravelmente no custo de produção e afetar adversamente os negócios da Companhia.

d) Risco associado ao crescimento

Para os fornecedores em que a Eternit compra metais sanitários e revende no mercado brasileiro, a Companhia pode enfrentar dificuldades de encontrar novos parceiros caso haja uma dissolução no contrato de fornecimento.

II. Risco de crédito

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia diariamente, e é entendido que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como

a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

Nenhum cliente da Companhia representa mais de 3% dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2015 (5% em 31 de dezembro de 2014).

Depósitos à vista e aplicações financeiras

A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

III. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

IV. Gestão do capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2014. A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora Alavancagem		Consolidado Alavancagem	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	22.621	8.195	167.261	127.924
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.850)	(5.711)	(5.578)	(13.367)
Dívida líquida	19.771	2.484	161.683	114.557
Patrimônio líquido	500.098	514.791	500.116	514.808
Dívida líquida e patrimônio líquido	480.327	512.307	338.433	400.251

29. COMPROMISSOS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2015 o Grupo possuía as seguintes garantias:

- Garantia do contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a controlada SAMA e a Companhia de fornecimento Tractebel, no montante de R\$ 3.989 junto ao banco Safra, com vigência de Janeiro de 2016 à Janeiro de 2017;
- Garantia do pagamento de execução fiscal - DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no montante de R\$ 1.440, junto ao banco Bradesco, com vencimento indeterminado;
- Garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás no montante de R\$ 6.034, junto ao banco Bradesco, com vencimento em fevereiro de 2016;
- Garantia de R\$ 40.909 (60%) do Financiamento firmado entre a Companhia Sulamericana de Cerâmica e o BNB, Banco do Nordeste, para a instalação da fábrica de louças sanitárias, junto ao banco Bradesco com vigência de Janeiro de 2016 à Janeiro de 2017;
- Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R\$ 567, conforme mencionado na nota explicativa 11;
- Em dezembro de 2014, a Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário junto ao Banco da Amazônia para implementar sua fábrica de pesquisa e desenvolvimento em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, tendo seu valor de mercado no montante de R\$ 62.500.
- Garantia para pagamentos de débitos inscritos em dívida ativa em execução fiscal, e natureza tributária, objeto de ações cautelares, mandato de segurança ou ações ordinárias no montante de R\$ 5.821 conforme apólice de seguro n.º 16-0775-23-0132155 com vigência até 26/10/2020.

30. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DA MINA

AMBIENTE

A controlada Sama registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina – PAFEM, avaliando os gastos com base em cotações de mercado

A controlada Sama registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	2015 e 2014
Taxa de desconto	10% a.a
Taxa de inflação de longo prazo	5% a.a

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente dos desembolsos esperados		
2032	4.742	4.028
2033	4.070	3.457
2034	2.109	1.791
2035 a 2043	1.696	1.442
Total	12.617	10.718

Considerando o acordo celebrado com o PAFEM a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2032 e 2043.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 1.093 (R\$ 992 em 31 de dezembro de 2014), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES:

- Foi aprovado em 28 de janeiro de 2016 a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão para fins de permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução de Capital Social (programa de recompra de ações).

As aquisições terão prazo de 12 meses com início em 29 de janeiro de 2016 e término previsto em 28 de janeiro de 2017.

A Companhia poderia adquirir até 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de sua própria emissão.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os Membros da Diretoria da Eternit S.A., declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015; e

ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
São Paulo, 24 de março de 2016.

Eternit S.A.
A Diretoria

O Conselho Fiscal da Eternit S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o relatório de revisão dos auditores independentes - ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do exercício e de períodos anteriores, incluindo a distribuição de proventos, estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 24 de março de 2016.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eternit S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

ÊNFASES

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei Estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado e da ADI nº 3937 em face da Lei Estadual nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 21, itens i b) e iii e), às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve as ações civis ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho do Estado de São Paulo; e, pela Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto - ABREA de São Paulo contra a Companhia, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional da unidade industrial da Companhia cujas atividades foram encerradas no início dos anos 1990, para as quais houve decisões julgadas parcialmente desfavoráveis à Companhia, em primeira instância. A probabilidade de perda para parte destas ações foi considerada pelos consultores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para esta parte, provisão para perda. Não foi reconhecida provisão para perda para a parte considerada como perda possível pelos consultores jurídicos da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 21 iii f), às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve as ações civis ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro; e, pela ABREA do Rio de Janeiro contra a Companhia, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional e que ainda não foram julgadas. A probabilidade de perda para essas ações civis foi considerada pelos consultores jurídicos da Companhia como possível. Portanto, não foi reconhecida provisão para perda relacionada a essas ações civis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Rita de C. S. de Freitas
Contadora CRC-1SP214160/O-5

Eternit

WWW.ETERNIT.COM.BR/RI
